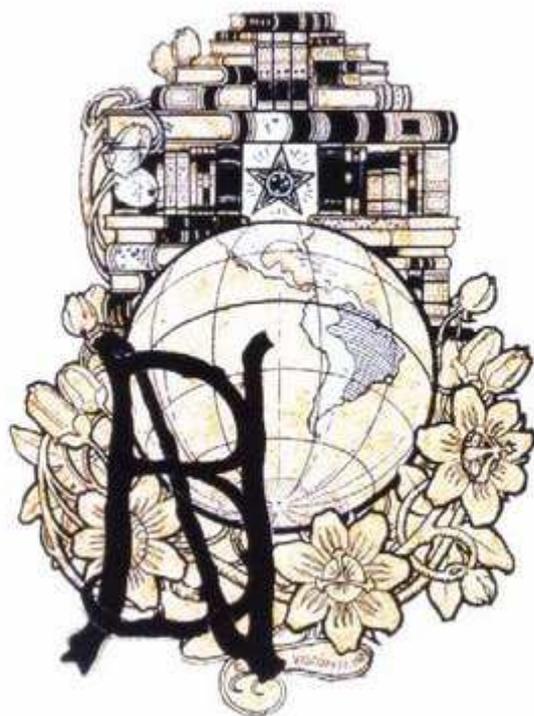


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa
2006

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC

Eduardo Granja Coutinho



Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto dissonante de José Oiticica

2006

Imprensa e hegemonia na Primeira República: o contraponto dissonante de José Oiticica¹

Eduardo Granja Coutinho²

1. A imprensa carioca no contexto do capitalismo internacional

O significado político-cultural da imprensa em um dado momento histórico não pode ser explicado sem um exame das relações econômicas que a emolduram. Isto significa, em se tratando da Primeira República no Brasil, considerá-la não apenas no âmbito de uma sociedade oligárquica, latifundiária, baseada em uma economia agro-exportadora, mas no contexto mais amplo do capitalismo internacional no início do século XX, ou seja, do capitalismo na fase de desenvolvimento em que, como consequência da extrema concentração da produção e do capital, toma corpo a dominação dos monopólios e das oligarquias financeiras - o *imperialismo*. Nessa fase típica de exportação de capitais, como observou Lenin, “começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes” (1981: 99). O fato de estarmos subordinados ao imperialismo nos obriga, a considerar o comprometimento dos jornais e revistas com a criação e difusão das idéias necessárias à dominação do capital especulativo. Nesse momento, ainda conforme Lenin, “a dominação da oligarquia financeira é absoluta, manda na imprensa e no governo” (1981: 60).

Em seus artigos jornalísticos, o anarquista José Oiticica ressaltou os laços que uniam os jornais, as agências de notícias, a finança, o poder público e as potências estrangeiras; chamou a atenção para a função da imprensa na construção de uma imagem positiva dos capitalistas internacionais e o seu “papel funesto” como veículo e instrumento dos “argentários da guerra”. Observou, por exemplo, como, nos EUA, “a imprensa, manejada por banqueiros, reclamava diariamente avanços na Sibéria e na China” (“Em Washington”, *Correio da Manhã*, 07/01/1922); como, na Itália, os industriais da guerra, concorreram para a fundação

¹ Este ensaio, fruto de uma pesquisa desenvolvida com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional, contou com a relevante colaboração de Arcângela Rocha Mota Santos, bolsista de iniciação científica do CNPq.

² Doutor pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atualmente leciona. Publicou *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002; *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006; e é organizador de *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

do Banco di Sconto, que tinha a seu soldo jornais como o *Paese* e o *Época* (“Bancos”, *Correio da Manhã*, 11/02/1922); e como, na França e na Alemanha, a imprensa escravizada aos reais do ouro moveu uma campanha contra a lei das oito horas de trabalho, duramente conquistada.

Só na Alemanha, onde impera Stinnes, são 70 jornais comprados para esse fim. Na França, o grupo Schneider e Loucheur dispõem de mais ainda. Os mais lidos, como o *Echo de Paris*, o *Temps*, o *Matin*, o *Figaro*, o *Petit Journal* são, confessada e provadamente, órgãos assoldados ao agiotismo cobiçoso (“Oito horas”, *Correio da Manhã*, 25/03/1922).

No Brasil, assinala Oiticica, as agências de notícias internacionais fixam o seu “tentáculo nefando” no pós-guerra, aprofundando a dominação do grande capital (“Tramando”, *Correio da Manhã*, 24/12/1921). A *United Press*, que desde 1918 prestava serviços a *O Estado de S. Paulo*, passa a trabalhar com o *Jornal do Brasil* em 1922 e pouco depois fornecerá, com exclusividade, artigos a *O Jornal*, de Assis Chateaubriand. Também a *Associated Press* e a *Havas*, com seus escritórios no Rio de Janeiro, controlavam parte substancial da informação veiculada por diversos jornais brasileiros. A imprensa revelava-se um recurso importante para garantir às associações internacionais de capitalistas negócios e inversões de capital em condições particularmente vantajosas.³

Numa sociedade em que a questão social era tratada ainda como “caso de polícia” e o povo, ausente das decisões políticas, era marginalizado da produção intelectual do país por um rígido modelo de exclusão social, a opressão econômica exercida pela oligarquia financeira em aliança com as classes dominantes locais se alicerçava muito mais nos aparelhos de coerção (burocráticos, policiais, militares) do que nos aparelhos de hegemonia (entre eles a imprensa), responsáveis pela obtenção do consenso ativo dos dominados.

Entretanto, com a industrialização e urbanização do país, sobretudo a partir da I Guerra, e o surgimento de novos atores políticos (o proletariado e as camadas médias urbanas) verificava-se uma modernização – ainda que “conservadora” – da sociedade brasileira e um relativo fortalecimento da sociedade civil. Aos poucos, as relações de dominação vão deixando de se

³ Por meio dessas inversões, o capital internacional, fundamentalmente britânico, dominou a economia brasileira, controlando todas as condições externas de sua principal atividade produtiva. Eram inglesas as principais firmas de exportação do café brasileiro, assim como “os bancos que financiavam o tráfico, as estradas de ferro e as companhias de navegação que o transportavam” (Singer, 2006: 403). Tais firmas, remuneradas por juros extorsivos, eram as principais credoras junto ao Governo brasileiro de uma dívida externa que não parava de crescer em função dos empréstimos especulativos, ampliando-se em 25% somente entre 1921 e 1922.

basear fundamentalmente na força, constituindo-se como relações de direção político-ideológica. Fortalece-se a opinião pública que, doravante, deverá ser contemplada pelos grupos dominantes. Nesse contexto, a imprensa ganha importância como instrumento de hegemonia, mediação entre as classes e indução de correntes de opinião, sem detrimento, é claro, de sua antiga função como espaço de luta entre as classes proprietárias. Dentre tantas formas de adulação e pressão utilizadas pelos capitalistas junto aos governos e autoridades, a imprensa era mais uma arma publicitária fundamental para a realização de negócios ou negociatas.

Emblemática das relações entre o capital monopolista e a imprensa na Primeira República foi a atuação do advogado, jornalista e empresário Assis Chateaubriand (1892-1968) em defesa do capital estrangeiro no país, notadamente dos interesses da Light e das empresas do norte-americano Percival Farquhar, um dos mais influentes e poderosos “caçadores de concessões” que atuaram no Brasil no período em estudo.

O império jornalístico de Chateaubriand floresceu favorecendo e sendo favorecido pelo capital financeiro. Sua defesa incontinenti, na imprensa e nos tribunais, dos investidores estrangeiros foi sem dúvida o que lhe permitiu criar um dos maiores conglomerados de mídia da história da imprensa no Brasil, os *Diários Associados*, reunindo, em seu auge, 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão. A formação deste império tem seu início na Primeira República, precisamente em 1924, com a aquisição de *O Jornal*.

Quando nos anos 20 os norte-americanos começam a participar de forma mais significativa do nosso financiamento externo, Chateaubriand já se revela um importante aliado da “grande democracia do Norte” e um inimigo feroz das iniciativas de proteção da economia nacional. Isso fica patente, por exemplo, quando o então presidente de Minas Arthur Bernardes, líder do movimento nacionalista, recusou-se a entregar a Farquhar as concessões para a exploração de ferro no vale do rio Doce. Na ocasião, Chatô foi contratado pelo magnata, tornando-se o testa-de-ferro de sua empresa, a Itabira Iron, no Brasil. Seus artigos no *Correio da Manhã* eram uma defesa aberta e apologética do capital estrangeiro, que, segundo ele, deveria ser tratado “com certo carinho”.

A fórmula jacobinista – o Brasil para os brasileiros – é uma destas expressões tão idiotas, que nem paga a pena refutá-la. (...) De 1914 a 1919 eles [os Estados Unidos] se tornaram o empório do ouro no planeta. Enriqueceram tanto que não sabem o que fazer do seu metal. Todavia, para viver, para alimentar as suas imensas coletividades operárias, a América está precisando do pobre Brasil, da arruinada França, da pequenina Bélgica, da faminta Alemanha, tanto como todos nós estamos precisando do crédito e do ouro dela! (...)

O Brasil não tem outro caminho a escolher: ou ele importa inteligência, capital e braços estrangeiros para trabalhar, ou se resigna a viver uma existência medíocre, miserável, na vastidão territorial que um destino benigno lhe concedeu. (...)

A América do Norte conseguiu atingir ao grau de desenvolvimento industrial e agrícola a que alcançou, graças à confiança que os capitais ingleses, holandeses e alemães sempre tiveram nas leis, nos Estados americanos e nos costumes desse grande povo. Enquanto os outros países do continente se conservaram presos a idéias retrógradas do jacobinismo econômico e político, a República de Washington abria os braços ao estrangeiro, facilitava a introdução de capitais de fora na economia nacional, de modo a robustecê-la do sangue novo, que lhe transfundiam os velhos organismos financeiros do antigo mundo.

Pregar, entre nós, o nacionalismo exclusivista, do ódio ao estrangeiro, é negar todo progresso que aí temos realizado, e que é o fruto do nosso esforço com a cooperação dos homens laboriosos e ativos, que investiram o seu ouro, a sua inteligência, o seu braço, na obra do desenvolvimento coletivo brasileiro. Há muitos compatriotas nossos que pelo simples fato de uma empresa, a qual conosco vem trabalhar, ser estrangeira, passam logo a tratá-la como um grupo de patifes, que aqui aportaram para sugar como morcegos o nosso sangue e explorar-nos, como escravos. [...]

O Brasil não será agora, não poderá nem deverá ser nunca, apenas para os brasileiros, mas sim para todos os homens de boa vontade – russos, italianos, turcos, alemães, etc. – que quiserem identificar-se conosco pelo trabalho, pela justiça, para a construção de uma democracia de fraternidade e de amor, capaz de fazer cidadãos justos e bons. (“Jacobinismo econômico”, *Correio da Manhã*, 09/03/1922).

Com igual desvelo, Chateaubriand defendeu, de 1919 a 1946, a Light do Rio de Janeiro, concessionária que tinha o monopólio da energia elétrica, dos bondes, do gás e do telefone. Combatida por setores nacionalistas, a light se valia de seu enorme poder econômico para desfazer a imagem negativa que tinha junto à opinião pública. Para isso, dispunha de um departamento de publicidade, incumbido de trabalhar com a imprensa e os jornalistas, algo que mais tarde seria conhecido como assessoria de imprensa. Segundo velhos jornalistas que atuaram no período, seus artifícios publicitários para “silenciar campanhas” contra a empresa ou obter matérias elogiosas iam desde a compra de jornalistas com passes gratuitos de bondes ou com um bico na empresa, até o pagamento em dinheiro ou em serviços a jornais em troca de anúncios ou matérias pagas (os chamados “invisíveis da Light”). Quando se fundava um jornal, lembra o jornalista Alvarus, “a Light logo colocava à disposição vinte, trinta, quantos telefones fossem pedidos, luz e força e não cobrava nada.”⁴

Marginal em relação ao *establishment*, Lima Barreto (1881-1922) não deixará de criticar, ao longo de toda sua trajetória literária e jornalística, a venalidade da imprensa e o seu comprometimento com as oligarquias e o Estado brasileiro - a “rede de malhas estreitas” que

⁴ Este parágrafo é baseado nos depoimentos dos jornalistas José Maria dos Reis Perdigão e Álvaro Cotrim Neto, dito Álvaro (Associação Brasileira de Imprensa, 1980).

unia plutocratas, autoridades policiais e a grande imprensa contra os trabalhadores. Em 1922, numa crônica sobre a Lei de Imprensa publicada na revista *Careta*, refere-se sarcasticamente à subordinação da imprensa ao capital financeiro: “O sujeito que não provar ter tido vultosas transações com companhias de estradas de ferro não pode escrever nos jornais, nem mesmo nos ‘a pedidos’. Creio que assim estará salva a moralidade da ‘imprensa’ e a segurança do Estado” (2001: 870).

2. Vozes conservadoras, reformistas e revolucionárias

Se é verdade que, como observa Nelson Werneck Sodré, as forças que dominavam a imprensa no início do século XX eram o Estado e o capital comercial (1983: 278)⁵, é preciso observar, porém, que *esse* era um Estado acorrentado ao capital financeiro sediado nos países centrais, e que entre o referido capital comercial nativo e o capital bancário ou financeiro estrangeiro havia relações de bastante harmonia. Se a coalizão entre esses capitais molda a política econômica estatal segundo seus interesses (Décio Saes in: Souza, 2002: 8), não é estranho que molde também a ideologia do Estado e domine a imprensa.

Assim, mesmo não sendo de propriedade de banqueiros internacionais, a maioria das folhas da capital estava indiretamente subordinada aos interesses do grande capital, prontas a embelezar os seus negócios. É ilustrativo dessa intimidade dos jornais com os bancos o episódio narrado pelo jornalista Luís Werneck de Castro:

Como todos os jornais da época, *A Rua* vivia numa situação financeira muito precária. Havia ocasiões que faltava dinheiro e, então, o Lança Cordeiro, português, recorria ao Germano, outro português, gerente do Banco Ultramarino e lá descontava uma promissória de 10 contos de réis, com o prazo de três meses. Quando chegava o segundo mês e não havia dinheiro, era preciso que o Cordeiro fosse procurar o Germano, pedindo que ele fizesse anúncios sobre questões bancárias ou o intercâmbio Brasil-Portugal e publicava estas colunas para compensar a dívida. (In: Associação Brasileira de Imprensa, 1980: 204)

⁵ De fato, a crer nas memórias de Luís Edmundo, a maioria dos jornais no Rio de Janeiro de seu tempo pertencia, direta ou indiretamente, a “um bando de comerciantes iletrados”, “os nababos da terra”. “Deles são as oficinas de impressão e ainda os imóveis onde as mesmas se instalam e funcionam, as cartas de fiança ou outras garantias para instalação e funcionamento das empresas, deles o crédito para a compra da tinta e do papel, finalmente deles o anunciozinho, embora muito mal pago, porém, representando a vida e a prosperidade da gazeta” (2003: 643-644).

Note-se que, embora hegemônica pelo capital mercantil-financeiro, a imprensa brasileira era atravessada por diversas vozes, que exprimiam interesses de diferentes grupos sociais. Num jornalismo tão estreitamente vinculado ao Estado, este entrecruzar de vozes expressa, em alguma medida, a correlação de forças no interior do Estado oligárquico, isto é, o conflito de interesses entre as frações da classe dominante.⁶ Os jornais eram a fala da burguesia latifundiária – o antigo baronato brasileiro – em conflito latente com o capital comercial local e o capital externo; do capital mercantil – as grandes firmas exportadoras aliadas a bancos estrangeiros, com seus interesses especulativos e aventureiros; do capital industrial, relegado a segundo plano pela política econômica dependente do Estado brasileiro; e da pequena burguesia, a defender os interesses de seu pequeno comércio.

Mas não eram apenas as vozes da burguesia que ecoavam na imprensa burguesa. Desde o final do século XIX, alguns jornais liberais, assumindo uma clara estratégia de diálogo com as camadas não proprietárias, começavam a contemplar e incorporar anseios e reivindicações da classe média nascente – funcionários públicos, militares de carreira, alunos da Escola da Praia Vermelha, estudantes de escolas superiores – e do proletariado urbano, que principiava a se organizar e se agitar. Encontravam-se, nas folhas cariocas, seções que, de alguma forma, defendiam interesses da classe trabalhadora: colunas como “Queixas do Povo” (*Jornal do Brasil*), “Correio operário” (*Correio da Manhã*), “Operariado” (*A Rua*), “Queixas e reclamações” (*O País*), “A voz do povo” (*Gazeta de Notícias*), sem falar na crônica carnavalesca, onde os negros, mulatos e brancos pobres encontravam um espaço de reconhecimento do seu carnaval, livre das perseguições policiais (Coutinho, 2006).

Percebe-se, portanto, a preocupação das elites em buscar o consenso das classes subalternas. Isso fica particularmente nítido durante o ciclo de greves (1917-1920), quando o movimento operário ganha a primeira página dos jornais. Enquanto alguns setores dominantes continuavam propugnando pela coerção aos movimentos sociais, outros, liberais, propunham claramente a cooptação das camadas populares. Era preciso mudar para salvar o *status quo*, sentia a *intelligentsia* menos cega pelos interesses fechados de classe.

⁶ Tais interesses, entretanto, não são claramente delimitados, uma vez que, como observa Francisco de Oliveira, “o antagonismo no seio da própria burguesia não se reveste de formas simples de antagonismo entre os proprietários do capital” (2006: 408). Havia uma certa indistinção entre a burguesia agrária, mercantil e industrial: muitas vezes, cafeicultores, comerciantes e industriais eram as mesmas pessoas, as mesmas famílias. Essa indistinção se refletia na imprensa: era possível encontrar numa mesma folha vozes de diferentes setores da oligarquia.

Essa *intelligentsia* que começava a se tornar orgânica, nos termos de Gramsci, conhecia a situação explosiva em que vivia a classe trabalhadora e sabia da necessidade de transformar suas condições de trabalho e vida. Por isso, contra os interesses imediatos do patronato, não hesitou em reconhecer as razões do movimento operário, divulgando notas, convocações para assembleias, greves e argumentando em favor de reivindicações específicas dos trabalhadores – jornada de trabalho de oito horas, descanso dominical, salário mínimo, aumento salarial, etc.

Havia, naquele momento de complexificação da estrutura social brasileira, um projeto de hegemonia sendo posto em prática no âmbito da imprensa periódica burguesa. Projeto que consistia, em última análise, na incorporação e resignificação da fala proletária. Tratava-se de moldar as “queixas do povo”, aparar-lhes as arestas e imprimir-lhes um caráter reformista, trabalhista e liberal (Coutinho, 2008).

Ocorre que a construção da hegemonia burguesa teve como contrapartida o desenvolvimento de processos contra-hegemônicos. Ao incorporar a fala proletária, a cultura oficial se abria, inevitavelmente, para vozes dissonantes. É assim que encontramos na imprensa comercial textos não apenas anti-oligárquicos, nacionalistas, reformistas, mas também anarquistas, socialistas e maximalistas – enfim, revolucionários. A rigor, desde os primórdios da República, mas sobretudo a partir do final da I Guerra, verifica-se nos principais jornais cariocas a presença de discursos contestatórios de diferentes matizes. Nesse período, paralelamente à sua atividade na imprensa operária, alguns militantes e intelectuais como José Oiticica, Astrojildo Pereira, Roberto Feijó, Domingos Ribeiro Filho, Leônidas Resende, Maurício de Lacerda, Fábio Luz, Evaristo de Moraes, Agripino Nazaré dispunham de espaços para defender suas idéias nos periódicos burgueses.

O Correio da Manhã

Dentre os jornais liberais que abriram suas páginas às ideologias das classes não proprietárias na Primeira República, o *Correio da Manhã* era talvez o que expressava mais claramente o referido projeto de hegemonia, propugnando por um novo padrão de relacionamento das elites com os grupos populares, baseado não mais na força, e sim no consenso desses grupos.

Tido como um jornal combativo e independente em relação aos governos que se sucederam nas primeiras décadas do século, o *Correio da Manhã* era, possivelmente por isso mesmo, o mais lido pelas camadas médias da capital. Sua tiragem ficava em torno dos 40

mil exemplares, enquanto que a de *O Paiz*, jornal intimamente ligado ao poder, era de três mil (Barreto Leite Filho in: Associação Brasileira de Imprensa, 1980: 191-192).

Embora tenha sido um tanto idealizado por cronistas como Luiz Edmundo e até mesmo por historiadores como Nelson Werneck Sodré, para quem o *Correio da Manhã* “levantou sempre o protesto das camadas populares” (Sodré, 1983: 287), a gazeta surge de fato como um jornal inovador, oposicionista, corajoso, disposto a contrariar certos interesses das oligarquias. Era um jornal de opinião, liberal, numa época em que o liberalismo ainda era “uma idéia fora do lugar”. Em seu primeiro número, à 15 de junho de 1901, trazia um artigo de fundo (editorial), escrito pelo seu dono e diretor Edmundo Bittencourt, onde se lia:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa dos direitos e das liberdades populares tem sido sempre a afirmação antecipada, ao público, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagemas, para, mais a gosto, e jeito, poder ser parcial e mercenária. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião (In: Luís Edmundo, 2003: 647).

Em muitas circunstâncias o matutino defendeu, de fato, “a causa do povo”. Em 1910, por exemplo, foi um dos poucos jornais que apoiou João Cândido quando da Revolta da Chibata; em 1922, não se opôs aos levantes militares, iniciados “com a tomada do Forte de Copacabana, postura que lhe custou a suspensão das atividades entre agosto de 1924 e maio do ano seguinte. (Associação Brasileira de Imprensa, 1980: 163-164). Contudo, tal empatia com os movimentos sociais tinha limites claros. Quando, mais do que assistencialismo ou novas leis trabalhistas, os operários reclamavam um outro sistema político e econômico, o *Correio* saía em defesa da ordem e da pátria. Quando os trabalhadores se levantaram na Rússia contra a opressão do capital, o jornal de Edmundo Bittencourt reproduziu, como todos os demais, os telegramas divulgados pelas agências internacionais, acusando a Rússia de “instrumento da Alemanha” e Lenin, de traidor disfarçado em socialista, fomentador da desordem (“A água suja russa”, *Correio da Manhã*, 5/9/1917). Como observou Astrojildo Pereira, o que os jornais liberais “não podem admitir é a supressão do sagrado direito de propriedade... Naturalmente!” (In: Bandeira, 2004: 422).

Em seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), Lima Barreto representa de forma cáustica o jornalismo de seu tempo, retratando e fustigando, particularmente, um jornal identificado como o *Correio da Manhã*, tido como representativo do que eram todos os grandes jornais: “órgãos de frações da burguesia rica, da indústria, do

comércio, da política ou da administração” (In: Bandeira, 2004: 476). Não deixa de ser curioso o fato de Lima Barreto ter tomado como exemplo de jornal comprometido com as oligarquias justamente aquele que mais lhes fazia oposição. É possível que o autor considerasse essa “oposição jornalística” – título de uma de suas crônicas sobre o “Reino do Jambom” – como uma oposição condicionada por interesses financeiros, que pouco tinha a ver com convicções políticas (2001: 893). Lima parecia dizer que se havia independência do *Correio da Manhã* em relação aos governos, não havia certamente em relação ao capital.

É o que se depreende da explicação de Sidney Chalhoub sobre a posição do diário em relação à reforma urbana encabeçada pelo engenheiro Pereira Passos no período de 1902 a 1906. Tais reformas, diz ele, opuseram dois grupos de interesses bastante distintos: de um lado, a burguesia ligada ao grande comércio de importação, aos meios de transporte e à construção civil; de outro, um grupo talvez menos poderoso, porém bastante tradicional na cidade, constituído pela pequena burguesia ocupada até então com a exploração das casas de cômodos e dos cortiços, e o pequeno comércio varejista dos armazéns, armarinhos, vendas, etc. Evidentemente, diz ele, eram os grandes empresários e especuladores imobiliários que tinham interesse nas reformas de “saneamento” e “embelezamento” da cidade.

Apoiados em uma retórica que tentava imputar a estes pequenos comerciantes e proprietários de habitações coletivas a responsabilidade exclusiva pelo “atraso colonial” e pelas epidemias que de quando em vez assolavam a Capital Federal, os empresários mais poderosos e a administração municipal que os representava procuravam desapropriar e demolir casarões, cortiços e pequenas casas comerciais, sob o pretexto da necessidade de sanear a cidade e transformá-la numa metrópole moderna, dotada de ruas largas e avenidas, a exemplo das grandes cidade européias.

O *Correio da Manhã*, na realidade, apóia abertamente a grande burguesia comercial nesta luta contra a pequena burguesia, olhando com bons olhos o suposto sopro “civilizador” trazido pelo Sr. Pereira Passos (1986: 93).

Esse posicionamento do jornal ao lado dos capitalistas mais poderosos não o impede, contudo, de defender a população mais pobre desalojada pelo “bota-abaixo” quando o governo não cumpre a promessa de construir moradias para os trabalhadores que perderam seu teto no centro da cidade.

Em diferentes momentos da Primeira República, os críticos mais radicais do regime expressaram sua desconfiança em relação ao projeto reformista do *Correio da Manhã*. Na década de 20, no contexto de reação ao movimento operário, os comunistas se manifestaram contra o matutino que, segundo eles, estaria envolvido com vários jornais cariocas numa vigorosa campanha contra o Bloco Operário Camponês (BOC). Em matéria publicada no

jornal de orientação comunista *A Nação*, dirigido pelo professor Leônidas Resende, o *Correio* é associado aos interesses das grandes empresas.

Como *Vanguarda*, *A Noite* e outros jornais capitalistas, o *Correio* publica os anúncios dessas empresas. Em troca, silencia a miséria dos operários e empregados desses imperialistas. (...) Faz a política desses opressores. Aplaina o caminho para a absorção do Brasil por esses imperialistas. Combate os comunistas brasileiros porque estes constituem o grande obstáculo a essa obra maldita. (...) Abaixo os jornais corrompidos pelos capitalistas estrangeiros! Viva o bloco de ferro dos 30 milhões de proletários e pequenos burgueses!” (Cit. in Karepovs, 2001: 275).

Admitindo-se a hegemonia do grande capital entre as forças políticas que se entrecruzavam no jornal de Bittencourt, é preciso enfatizar, contudo, que este não era um jornal monológico, incapaz de dialogar com as diversas tendências do espectro político-ideológico. Tanto é assim que, contra as correntes conservadoras que se recusaram a reconhecer a eleição dos dois representantes do BOC para a Câmara Municipal carioca, o *Correio da Manhã* sustentava que havia muito mais perigo nas manobras dos que “querem roubar um direito líquido, certo e incontestável, substituindo a vontade soberana das urnas pelo capricho odioso e mesquinho das facções interesseiras, desorientadas e impelidas ao sabor dos conchavos secretos e imorais” do que nos comunistas. (Karepovs, 2001: 480).

Leão Veloso (1856-1923), primeiro redator-chefe do *Correio da Manhã*, expressa, talvez melhor do que ninguém, a perspectiva reformista e democratizante do jornal, baseada na compreensão de que eram necessárias transformações sociais significativas não apenas para impedir que o povo fizesse a revolução (seria um certo simplismo reduzir a isso o seu projeto), mas para se criar um estado de direito, modernizar a vida social, corrigir hábitos e costumes em nome do interesse público e da cidadania, melhorar as condições de vida do homem comum. Leão Veloso, homem de gosto e erudição (basta pensar na sua famosa sopa!), era sutil o suficiente para colocar as idéias socialistas a serviço da ordem burguesa.

As idéias e as próprias ações inspiradas no socialismo vão caminhando, e, muito embora sejam temíveis e respeitáveis os obstáculos que a elas se opõem, ninguém pode deixar de reconhecer, em todas as sociedades cultas do mundo, os traços da sua missão reformadora.

Na luta contra o novo ideal, naturalmente, as forças que mantêm a sociedade atual e querem livrá-la dos novos credos procuram fazer-lhes concessões, pactuar com eles, atender os seus reclamos, de maneira a evitar, de sua parte, um assomo de energia capaz de dismantelar de vez as bastilhas da sociedade capitalista. Uma análise sumária dos empreendimentos que o Estado se vai cometendo, dilatando cada dia a sua esfera de ação em favor da coletividade, demonstraria que é o socialismo que o está obrigando a eles; que o Estado, aumentando progressivamente seus encargos, visa uma única coisa: pôr-se ao lado das reivindicações sociais, caminhando paralelamente com elas, de

maneira a embargar-lhe os passos e conter a sua marcha avassaladora. Não é tanto o progresso das idéias, a soberania do direito que o está demovendo de seu egoísmo, mas o temor pela segurança de suas instituições, que, para se manterem, terão que transigir com as novas forças, e procuram abrigar-se à sombra de seu credo. (...)

[No mundo inteiro,] a regulamentação do trabalho, feita em atenção aos direitos do operário; a proibição do trabalho aos menores; o regime das oito horas; a assistência monetária às operárias grávidas; a higiene das indústrias, das escolas e muitas outras instituições da hora vigente traduzem, apenas, concessões feitas pelo Estado às reivindicações socialistas, com o intuito de manter o seu prestígio e autoridade. Todas elas, porém, não representam mais que migalhas do grande acervo das aspirações do socialismo e procuram apenas iludir o leão que começa a rugir no horizonte. Filiadas ao chamado socialismo do Estado, socialismo da cátedra, ou intervencionismo, representam mais uma concepção política do que um programa de revisão econômica da sociedade: como concepção política seu principal objetivo é exatamente evitar essa revisão econômica da sociedade. (...).

O Brasil está como todo o mundo dentro do âmbito onde se agitam essas idéias de renovação social. Não parece, todavia, que aqueles a quem cumpre zelar pela defesa do país vejam, com exatidão, o alcance desse fenômeno histórico, que ameaça subverter a ordem política e econômica do planeta. (...).

O socialismo de Estado é fruto dessas circunstâncias, que existem em todas as nações cultas e não faltam à vossa. Aqui, porém, nem esses paliativos, que visam sobretudo a sua segurança, se lembram os presumidos órgãos da soberania nacional.

As forças que procuram inverter a ordem social, se as houver, como é crucial que haja, encontram livre o campo para agir. (Leão Veloso, “Soberania e Congresso”, 03/04/1922).

Se Leão Veloso expressava o projeto de um setor esclarecido das elites que reconhecia a necessidade de incorporar o povo à nação, de lhe reconhecer o direito à cidadania, havia também, entre os articulistas do *Correio da Manhã*, líderes e representantes das próprias camadas populares que apostavam no caminho da reforma, na luta operária por transformações sociais no âmbito do Estado burguês. É o caso de Evaristo de Moraes (1871-1939), advogado de grupos operários e um dos fundadores do Partido Socialista do Brasil, em 1917.

Escrevendo na “Coluna operária” ou em outras seções do *Correio da Manhã*, Evaristo de Moraes refutou sistematicamente a estratégia revolucionária, violenta, como caminho para a transformação social. Estratégia que, segundo ele, “só tem servido para constantes sacrifícios de abnegados e para prova periódica da dedicação da Polícia às instituições do Capitalismo” (“A organização operária e a legislação social”, 05/06/1925).

Só a ilusão do fanatismo consegue enganar alguns espíritos pouco observadores, só a educação meramente livresca de certos operários, aliás, dignos de apreço e de estima, leva-os a preferir tal solução, sem atender à falta de preparo, para ela, da maioria do nosso proletariado, nem às lições das mais tristes experiências, entre nós, no terreno da violência (*Id., ibid.*).

Evaristo pregava uma solução “pacífica” para a questão social, o que envolvia, certamente, a organização política do operariado para o fim de intervir na legislação e na administração do país. Por meio do voto nas eleições e da pressão dos sindicatos organizados, os trabalhadores conseguiriam impor suas reivindicações, obter a necessária reforma do Estado e a conseqüente proteção para que não fossem espoliados nas relações contratuais de trabalho. Assim, diz ele, “se conjugariam a ação sindical e a ação política, segundo a fórmula do Socialismo oportunístico, verdadeiramente prático e eficiente, do Socialismo que não vive do sonho, nem da fantasia” (*Id., ibid.*). Tratava-se de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora por meio de uma legislação tendente a “harmonizar o trabalho com o capital”. Tal legislação interessava também aos patrões num momento de crise industrial e intensa insatisfação operária. Afinal, adverte ele, “Encontra-se, ou não, no descaso pelo sofrer dos humildes, um fermento ativíssimo de revolução?” (Evaristo de Moraes, “Um fermento de revolução”, 10/01/1924).

3. José Oiticica: um libertário na imprensa burguesa

Em contraste com as tendências reformistas e democratizantes que predominavam no *Correio da Manhã*, não se pode deixar de assinalar a presença de vozes que, longe de pretenderem harmonizar trabalho e capital, clamavam pela abolição do capital, do trabalho assalariado e da propriedade privada. Entre tais vozes não “hegemonizáveis” sobressaía-se com grande destaque, pela sua radicalidade, a do militante anarquista José Oiticica (1882-1956).

Líder da greve insurrecional de 1918 no Rio de Janeiro e um dos grandes nomes da história do anarquismo no Brasil, Oiticica tinha trânsito no mundo burguês. Era respeitado na academia pela erudição de sua obra, que envolve estudos lingüístico-filológicos, poesias e textos de caráter político, bem como pela sua atividade como docente no Colégio Pedro II, onde lecionou por 35 anos. Paralelamente à sua colaboração na imprensa libertária, em periódicos como *Ação Direta*, *Cinco de Julho*, *Spartacus*, *Livre Pensador*, *A Lanterna*, *A Plebe* e *A Vida*, Oiticica militou na imprensa comercial, notadamente no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, onde manifestou sua descrença no pacto do operariado com as elites, no Estado protetor, nas eleições como forma de participação política e na reforma das leis, vista por ele como um meio de dominação do trabalhador.

Mais do que eventual colaborador, Oiticica dividiu a coluna nobre na página dois do *Correio da Manhã* com grandes nomes do jornalismo carioca nos anos 20. Múcio Leão ocupava a coluna aos domingos; Leão Veloso, às segundas; Mário Guedes, às terças; Mário Rodrigues, às quartas; Assis Chateaubriand, às quintas; Costa Rego, às sextas e ele, o autor de *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, aos sábados.

Pelo menos desde 1918 Oiticica já escrevia artigos esparsos para o *Correio da Manhã*, mas sua colaboração permanente só se deu entre 1921 e 1927. Trata-se de um momento de intensa repressão ao movimento operário, coincidindo praticamente com o longo e intermitente período de estado de sítio iniciado no governo Epitácio Pessoa e restabelecido por Arthur Bernardes. O relacionamento desses governos com a chamada “imprensa independente” foi o pior possível. Periódicos foram censurados, empastelados, tirados de circulação; jornalistas foram presos, ameaçados, espancados. Em 1923, a Lei da Imprensa de autoria do senador Adolfo Gordo teve como objetivo sufocar as vozes dissonantes no jornalismo brasileiro. Diz-se que seu alvo principal era a imprensa proletária, mantida pelos trabalhadores. Mas, certamente, ela atingiu também as vozes críticas e alternativas da grande imprensa. Em 1924, o *Correio da Manhã*, pela oposição que fazia ao governo Arthur Bernardes, teve sua circulação suspensa, acusado de ligações com o movimento tenentista. Seu dono e alguns jornalistas foram presos, entre eles, José Oiticica. No ano seguinte, o jornal voltou a circular, com a colaboração semanal do anarquista, que seria demitido em 1927 devido a ruidosa polêmica com uma autoridade da Igreja.

Pode-se dizer que o traço característico do conjunto dos artigos de José Oiticica no *Correio da Manhã* é a crítica não apenas ao Estado oligárquico, mas ao próprio projeto de hegemonia burguesa do qual, curiosamente, o *Correio* era um dos principais articuladores. Oiticica recusava os paliativos, as soluções de compromisso, a política das concessões em troca do consentimento da dominação. Não se tratava de garantir os direitos dos operários, como propunham os reformistas, nem tampouco de contrapor leis operárias às leis burguesas, como queriam os comunistas, mas de acabar com as leis e suprimir o Estado. A construção de uma nova ordem não se daria pela conquista e transformação das instituições existentes, mas pela sua destruição. O novo surgiria sobre os escombros do velho. Nesse sentido, talvez pudéssemos sugerir que *o anarquismo não é um projeto contra-hegemônico, é um projeto anti-hegemônico*.

Em polêmica com Evaristo de Moraes no *Correio da Manhã*, José Oiticica critica sua crença idealista na reforma das leis e da Justiça, segundo o anarquista, nomes diferentes de um mesmo inimigo: a propriedade. Se quisermos resolver o problema da justiça, diz ele, será necessário suprimir a propriedade privada, eliminar as causas para aniquilar o efeito. “Essa é a injustiça fundamental da organização vigente e contra a qual os anarquistas se rebelam, demonstrando que, dessa injustiça, derivam todas as outras injustiças” (2006: 33).

O remédio indicado é cortar do paraíso a árvore nefasta, a propriedade, com seus frutos olorosos vedados aos famintos.

(...) Não compreende, não sente o Sr. Evaristo de Moraes que isso de direitos, códigos e processos são indignos da inteligência e do coração dos homens sinceros?” (José Oiticica, “Justiça?”, 05/01/1924)

Ao contrário dos reformistas ou de certa vertente socialista do movimento operário internacional que compreendia as reformas como um passo no caminho da libertação da classe trabalhadora, Oiticica as via como um *aprofundamento* da dominação. Mesmo que protegessem o trabalhador, as leis estariam sempre a serviço da ordem e da conservação do sistema. As leis são “pedaços de liberdade” concedidos aos homens para melhor mantê-los aprisionados; e a democracia, “mais um engodo dos possuidores às massas trabalhadoras” (2006: 43). Ao aceitar tais regras do jogo burguês, o socialismo era absorvido pelo capitalismo. Tanto é assim, diz ele, que “os capitalistas, a princípio assustadíssimos com o socialismo, pouco a pouco foram compreendendo o seu nenhum perigo e as vantagens até de sua adoção como engodo aos operários” (2006: 85). De modo que é “hoje freqüentíssimo ver proprietários, industriais, comerciantes e banqueiros, socialistas apaixonados, amigos extremos dos *seus* operários” (2006: 85), promovendo cooperativas, prometendo-lhes, inclusive, percentagens nos lucros.

A restrição dos lucros foi uma tangente para iludir, mais uma vez, o trabalhador desentendido nesses meandros da administração burguesa. Longe, pois, de promover a paz entre o trabalho e o capital a coibição dos lucros excessivos atizara, um bocadinho mais, a fogueira chamejante. É o que se vai dando pelo mundo. A razão disso, fundamental, insofismável, é que a massa humana já não suporta o regime de concorrência a todo transe, fruto mais direto, mais inevitável, da propriedade particular. Isso de leis é para ingênuos verem. (“O remédio”, 05/11/1921).

Ainda como exemplo da crítica intransigente de Oiticica à estratégia hegemônica de assimilação e esvaziamento dos processos populares de pressão e resistência, é bastante eloqüente o artigo em que ele trata da incorporação do protesto do dia Primeiro de maio pela

cultura oficial e sua transformação em folguedo, distração para os empregados, com direito a prêmios e beneficência.

A data de amanhã é um protesto. Não é, como o supõem muitos, a festa do trabalho. O trabalho vive escravizado e os escravos não costumam festejar sua escravidão.

(...) O primeiro de maio é portanto um grito subversivo, um clamor de multidão contra as tiranias de toda casta, tzarista ou republicana, jesuítica ou plutocrata.

(...) Tendo repercutido fortemente nos quartéis capitalistas essa anual celeuma internacional e temendo os donos do mundo se abrissem rapidamente os olhos dos cegos, cuidaram logo de desvirtuar o sentido desta data e inventaram a festa do trabalho. Mais ainda: fizeram-se patronos dessa festa. E há de ver a sofreguidão de todos eles, cada qual mais empenhado em concorrer para os festejos, com bandeiras, discursaria, charanga e foguetório. (“Primeiro de maio”, 30/04/1927).

A título de conclusão, caberia sugerir que, no contexto pré-revolucionário que se instalou após a I Guerra, a atividade de setores da imprensa teve um papel importante na reorganização da cultura dominante, absorvendo e reelaborando as ideologias de contestação, ainda que algumas dentre elas fossem avessas a qualquer forma de absorção. A atividade de José Oiticica no *Correio da Manhã*, por mais radicalmente *anti-hegemônica* que fosse, integrava-se, de alguma forma, ao projeto de hegemonia promovido pelo jornal, legitimando o matutino perante o seu público leitor, as camadas médias urbanas, que assumiam, naquele momento, função política eminente. Oiticica tinha também o seu lugar no mercado, contribuindo para o enorme prestígio do jornal e para a sua ótima tiragem. De resto, a sua presença no diário servia como advertência às próprias elites do que poderia acontecer caso a revolução não fosse feita sem demora, sob o controle das próprias oligarquias.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Centro de Pesquisa e Memória do Jornalismo Brasileiro. *A imprensa na década de 20*. Rio de Janeiro, 1980.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARRETO, Lima. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

BORGES, Vera Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1905-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB: Livre Expressão, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Eduardo Granja. Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. “Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930” in: COUTINHO, Eduardo Granja (org.) *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

EDMUNDO, Luís, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Brasília: Senado Federal, 2003.

KAREPOVS, Dainis. *A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário Camponês (1924-1930)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001 (mimeo).

LENIN, Vladimir I. *El imperialismo: fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1981.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil” in: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* (O Brasil republicano, v. 8). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930” in: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira* (O Brasil republicano, v. 8). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.